

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	1
Título: Grandes empresas aderem à autoprodução de energia	1
Título: Governo quer mediação para não ter de pagar R\$ 65 bi à Petrobras	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	5
Título: Aumento na arrecadação de royalties do petróleo deve dar alívio à crise do Rio	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Opep vê retomada mais forte no Brasil.....	7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIA CRISTINA FRIAS

Título: Grandes empresas aderem à autoprodução de energia

Mercado Aberto

Representantes dos setores de geração eólica e solar afirmam que grandes companhias intensificaram suas pesquisas para ter a sua própria produção.

Elas têm projetos para instalar energia distribuída — ou seja, gerar parte do que gastam e descontar esses valores das contas de luz.

Clientes com alto consumo podem fazer contratos com fornecedores específicos no mercado livre e se proteger de eventuais altas de tarifas.

Por que, então, as companhias se interessam em ter suas próprias usinas?

"Um motivo é acoplar à imagem delas uma ideia de sustentabilidade", diz Elbia Gannoum, presidente-executiva da Abeeólica (associação do setor eólico).

Os valores de instalação das renováveis têm caído, afirma, o que incentiva as empresas a terem seus projetos.

Essa tendência também é citada por Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar. "Nós fomos procurados por cadeias de supermercado, shopping centers e companhias de agronegócio, principalmente as produtoras de proteína animal."

Oi vai investir pelo menos R\$ 330 milhões em energia solar

A Oi está em busca de áreas no norte de Minas Gerais para instalar suas primeiras usinas de energia solar. A meta é que elas entrem em operação em novembro deste ano.

A empresa de telefonia pretende instalar 22 usinas de geração de energia nos próximos três anos, segundo Marco Antonio Vilela, diretor de patrimônio e energia.

O valor de investimento de cada uma varia entre R\$ 15 milhões e R\$ 18 milhões, diz. Serão parques das matrizes solar, eólica e PCHs (pequenas hidrelétricas).

"As antenas têm consumo semelhante ao de residências, e a geração distribuída é para abater o gasto delas." As despesas com conta de luz não são o único motivo que motiva a Oi a investir, afirma Vilela. "A questão da sustentabilidade também é importante, e, por último, ficaremos menos expostos a eventuais problemas de fornecimento ou preços de energia."

A empresa só vai instalar usinas onde a questão do ICMS estiver pacificada: em alguns Estados do país, o cliente paga o imposto com base no consumo, e não importa se ele mesmo gerou parte da energia.

SETE ANOS PARA EQUILÍBRIO

A Honda abastece sua fábrica de Sumaré (SP) e sua sede administrativa com a energia que ela mesma gera em um parque eólico em Xangri-lá (RS) desde 2015.

A montadora de origem japonesa investiu R\$ 100 milhões na construção.

Foi um aporte em decorrência de uma determinação da sede, que, em 2011, estabeleceu meta de redução de 30% das emissões de gás carbônico das operação das unidades espalhadas pelo globo.

"Não era o nosso escopo, mas foi possível economizar cerca de 20% do custo da energia", afirma Carlos Eigi, presidente da Honda Energy. Pelos estudos, o investimento deverá atingir o "breakeven" em 2022, quando se completarão sete anos da inauguração da operação.

A empresa escapou de parte das altas de preços decorrentes da falta de chuvas, que elevou o valor do preço de liquidação de diferenças, o parâmetro para definição de valores dos grandes contratos de fornecimento.

Antes de ter seu próprio parque eólico, a Honda comprava energia de uma comercializadora no mercado livre

SOLAR PARA O VAREJO ELETRÔNICO

O Mercado Livre, empresa de comércio eletrônico, construiu uma sede nova em Osasco (SP) em 2017 e instalou painéis de energia solar. O valor dos equipamentos de geração não é divulgado — foram gastos R\$ 105 milhões no prédio inteiro.

A economia na conta de energia tem sido da ordem de 48% ao mês, mas a empresa afirma que esse percentual deverá aumentar.

A companhia pretende colocar painéis também em seus centros de distribuição e em mais escritórios, tanto no Brasil como nos outros países onde atuam.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: JULIO WIZIACK e MARIANA CARNEIRO - DE BRASÍLIA

Título: Governo quer mediação para não ter de pagar R\$ 65 bi à Petrobras

Contrato assinado na gestão Lula permite questionar se estatal deve ou tem a receber do governo

Gestão Temer quer usar dinheiro de megaleilão para pagar a empresa, mas companhia diz ter direito a explorar área

O governo pretende resolver em até dois meses um impasse com a Petrobras para fazer um megaleilão de pelo menos R\$ 76 bilhões ainda neste ano e já consultou a AGU (Advocacia-Geral da União) sobre uma possível arbitragem. Com a disputa entre os interessados, no entanto, o negócio poderia render mais de R\$ 90 bilhões.

Embora exista disposição para um acerto, o governo tende a resolver o assunto como uma questão de Estado. Do outro lado, a Petrobras não fechará acordo caso enfrente resistência de acionistas minoritários, que já avaliam a questão e podem embolar a negociação se ela for danosa à estatal.

O assunto divide técnicos e ministros de Fazenda, Planejamento, Minas e Energia e Casa Civil. A ideia preferida no momento é convencer a Petrobras a ceder espaço para concorrentes nos campos do pré-sal onde, segundo contrato de 2010, tem o direito de exploração até 2050.

A Folha ouviu representantes de todas as partes. De acordo com eles, o contrato, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi "tão malfeito" que permite até que a Petrobras questione se é credora ou devedora.

Ele foi concebido em um momento em que a estatal precisava aumentar seu capital para fazer frente a pesados investimentos na exploração do pré-sal. Como não tinha recursos, a União deu 5 bilhões de barris para a Petrobras explorar em seis campos do pré-sal na bacia de Santos, para evitar sua diluição acionária. Seria a contrapartida da União na capitalização da companhia.

No entanto, explorações da Petrobras indicaram que esses campos podem gerar excedentes de até 12 bilhões de barris — 7 bilhões a mais do que o concedido pela União.

O contrato previa renegociar valores segundo a evolução do preço do petróleo. Como a cotação caiu desde a assinatura, em 2010, a estatal avalia ter direito a compensação — estima-se que ela seria de cerca de R\$ 65 bilhões.

A equipe econômica quer leiloar esse óleo excedente e, com os recursos, pagar a Petrobras. Estimativas iniciais apontam que a transação poderia render pelo menos R\$ 76 bilhões, em valores atualizados. O governo acredita que a disputa possa trazer mais de R\$ 90 bilhões. Outra ideia é indenizar a estatal com uma parte do óleo e leiloar a diferença.

Ambas as propostas agradam o Ministério de Minas e Energia. Porém, há no governo quem defenda que esse óleo excedente pertence à União e poderia ser leilado à revelia da Petrobras. Outros dispositivos contratuais poderiam, para integrantes do governo, resultar em saldo a receber da estatal, hipótese que ela considera inaceitável.

Na prática, isso significa que, nos campos onde a estatal hoje explora, ela passaria a contar com empresas concorrentes que dariam lances bilionários para fazer o mesmo trabalho. Seria como se a União tivesse alugado uma casa para a Petrobras em 2010 e, hoje, estivesse obrigando a estatal a conviver com mais moradores sem dividir o aluguel.

Uma das certezas que a Petrobras considera ter é o direito de explorar esses campos até 2050. Por isso, caso o governo opte pelo leilão colocando mais empresas operando nesses campos, terá de negociar com a companhia.

Pessoas que acompanham as conversas afirmam que isso seria possível desde que os concorrentes façam uma parceria comercial ou operacional com a Petrobras — o que, por decisão da estatal, ocorreu em outros campos. Para a União, essa opção, ainda segundo os técnicos, reduziria o valor dos lances num possível leilão.

DESFECHO

O governo quer resolver em dois meses o impasse. A ideia é chegar a um consenso ao menos sobre o principal.

As outras pendências criadas pelas lacunas do contrato seriam resolvidas via arbitragem privada, mas a AGU quer mediar a disputa porque afirma se tratar de empresa cujo controlador é a União.

Dentre esses pontos estão desde datas de comercialização do petróleo dos campos até cotas de conteúdo local. Cada ponto em aberto significa bilhões a pagar ou a receber.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Douglas Gavras

Título: Aumento na arrecadação de royalties do petróleo deve dar alívio à crise do Rio

Sem ajustes. Maior produção de petróleo deve trazer um novo ciclo de bonança ao Estado, cuja previsão de crescimento do PIB para 2019 é de 6,1%, quase o

dobro do esperado para o País; neste ano, aponta estudo, 17% da receita do Rio virá da commodity

Retrato da crise financeira que tem assolado os Estados nos últimos anos, o Rio de Janeiro está mais próximo de mudar essa situação. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) fluminense estimado para 2019 é de 6,1%, quase o dobro do esperado para o Brasil, segundo estudo da Tendências Consultoria Integrada, divulgado com exclusividade ao "Estado". Confirmadas as previsões, será a primeira vez desde 2015 que o Estado do Rio vai crescer mais que a média do País. A mudança de ventos tem um impulso conhecido: a produção de petróleo deve crescer substancialmente nos próximos anos e trazer um novo ciclo de bonança ao Estado. Sete projetos de prospecção estão previstos para entrar em atividade em 2018.

Só este ano, o petróleo deve render R\$ 8,9 bilhões aos cofres estaduais – o dobro do que foi arrecadado em 2016, pior ano recente para o setor. De 18 plataformas previstas para entrar em operação entre o fim de 2017 e 2021, 14 são do pré-sal. Como as plataformas levam algum tempo para atingir seu potencial, o resultado mais expressivo para os cofres estaduais deve vir mesmo a partir do ano que vem, quando os rendimentos com royalties têm potencial de chegar a R\$ 10,7 bilhões. Um dos fatores que fizeram com que o Estado do Rio de Janeiro mergulhasse na forte crise que enfrenta hoje foi a contração das rendas com o petróleo, em função da queda dos preços, a partir de 2014 e do recuo da produção entre 2010 e 2013. Com o novo ciclo de expansão dos royalties, os cofres públicos terão uma injeção de recursos e a dívida líquida do Estado deve voltar ao limite máximo de 200% da receita corrente líquida (RCL) em 2022.

Estourar esse limite fez com que o Rio fosse enquadrado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – programa de socorro aos Estados em situação de insolvência. Dele, também fazem parte Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com o petróleo, o Rio também volta a ter um resultado primário positivo já a partir de 2022. Essa é a diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se o gasto com juros. "Com mais dinheiro em caixa, os investimentos, que tiveram queda contínua nos anos de crise teriam uma recuperação gradual a partir de 2018", diz o analista da Tendências Fabio Klein. "Se tiver um governo responsável, o Estado pode investir em outros setores, diminuindo a dependência do petróleo e fazendo um colchão para o futuro." Em 2018, 17% da receita do Rio virá do petróleo.

Segunda chance. O petróleo dará alívio e impulso para a situação fiscal do Estado, com um efeito líquido bem positivo, diz o economista Adriano Pitoli, da Tendências. "O Rio continua com amarras, com uma população em idade de trabalho que cresce menos que a média nacional, muitos empregados no setor

público e um grande número de aposentados, mas a virada é indiscutível." Ele avalia que ao longo de 2018 devem começar a ficar mais raras as cenas de servidores protestando por estarem com salários atrasados, hospitais fechados ou viaturas da polícia paradas por falta de combustível. "Só que dinheiro não aceita desaforo. Se o brasileiro tem o desafio de optar na eleição por candidatos com mais responsabilidade no manejo dos recursos públicos, o eleitor fluminense tem esse desafio multiplicado por cinco." De acordo com o analista político Rafael Cortez, também da Tendências, o governo do Rio é um dos que têm mais chances de renovação este ano.

Ele lembra que não há um caso semelhante ao do Estado, em que exgovernadores foram presos em escândalos de corrupção. Assim, a elite política começa 2018 com balda e há uma grande possibilidade de que um nome fora do círculo tradicional consiga crescer na campanha. "Há uma tendência de que a novidade na campanha para governador fique entre o ex-jogador de futebol e agora senador Romário (Podemos) e o empresário e ex-técnico de vôlei Bernardinho (Novo)", diz Cortez. Ele avalia que os partidos tradicionais devem tentar se aglutinar em torno de um nome, como Eduardo Paes, que foi prefeito do Rio pelo MDB e deve sair candidato por outro partido. "Deve ser a eleição de renovação, de quadros e discursos."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Opep vê retomada mais forte no Brasil

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) revisou de 1,7% para 1,9% a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2018.

Na avaliação do grupo, o ano de 2018 começou com um "tom positivo" no país. "Uma estabilização na atividade de serviços, aliada à expansão sustentada na produção industrial, levou à recuperação da produção do setor privado. Isso, com indicações positivas em termos de estabilização da inflação, redução da taxa de desemprego e aumento da confiança dos consumidores, apoia um crescimento notadamente maior em 2018 em relação a 2017", comentou a organização.

A Opep também revisou para cima as projeções de crescimento global em 2017 e 2018. Agora, o cartel estima expansão de 3,8% em ambos os anos, taxa 0,1 ponto percentual maior do que a esperada em dezembro.

Ao estimar a demanda global de 98,6 milhões de barris por dia, a Opep comentou que a projeção se insere em um contexto de “perspectiva econômica positiva”.

MME / ASCOM .